

L.237

Boaventura de Sousa Santos

PELA MÃO DE ALICE

O social e o político na pós-modernidade

10ª edição

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Santos, Boaventura de Sousa
Pela mão de Alice : o social e o político na pós-modernidade /
Boaventura de Sousa Santos. – 10. ed. – São Paulo : Cortez, 2005.

ISBN 85-249-0578-6

1. Ciências sociais – Filosofia 2. Conhecimento – Teoria
3. Política – Filosofia 1. Título.

95-3235

DD-300.1

Índices para catálogo sistemático:

1. Ciências sociais: Filosofia 300.1



podem dar origem a convulsões incontrolláveis, em suma, uma época fractal com mudanças de escala imprevisíveis e irregularidades difíceis de conceber dentro dos nossos parâmetros ainda euclidianos. No entanto, como já referimos capítulos anteriores, se é verdade que as formas de regulação social da modernidade — sejam elas o direito estatal, o fordismo, o Estado-Providência, a família heterossexual excluída da produção, o sistema educativo oficial, a democracia representativa, o sistema crime-repressão, a religião institucional, o cânone literário, a dualidade entre a cultura oficial baixa e a cultura oficial alta, a identidade nacional — parecem hoje cada vez mais precárias e questionáveis, não é menos verdade que estão igualmente fragilizadas e desacreditadas as formas de emancipação social que lhes corresponderam até agora, sejam elas o socialismo e o comunismo, os partidos operários e os sindicatos, os direitos civis, políticos e sociais, a democracia participativa, a cultura popular, a filosofia crítica, os modos de vida alternativos, a cultura de resistência e de protesto. Perante isto, perfila-se uma dupla responsabilidade e uma dupla urgência. Por um lado, ir às raízes da crise da regulação social e, por outro, inventar ou reinventar não só o pensamento emancipatório como também a vontade de emancipação.

É nesta postura que me proponho analisar de seguida alguns dos vectores dos problemas que, em minha opinião, são já hoje fundamentais e sê-lo-ão, e muito mais, nas próximas décadas para, na última parte, traçar o mapa do terreno onde podem ser queridas e buscadas algumas alternativas emancipatórias em nada envergonhadas ou ofendidas por serem dias utópicas.

Os problemas fundamentais nos diferentes espaços-tempo

O espaço-tempo mundial

Entre os cientistas sociais que se não têm furtado à abordagem dos problemas fundamentais da sociedade contemporânea são muitas as diferenças e, com algum risco de simplificação, são discerníveis as seguintes posições principais, apresentadas sem qualquer ordem de hierarquia. A primeira é a dos que reconhecem que a sociedade liberal moderna tem vindo a defrontar-se com alguns problemas fundamentais, o mais fundamental dos quais tem sido a oposição radical que nos últimos cem anos lhe foi movida pelos movimentos socialista e comunista. Concluem que, no entanto, a sociedade liberal moderna não só acabou por neutralizar esta oposição como resolveu todos os grandes problemas que lhe foram postos. Por essa razão é legítimo admitir que estamos perante o fim da história, uma posição a que Fukuyama (1992) deu recentemente grande notoriedade.

Segundo outra posição, se a sociedade contemporânea, sobretudo a capitalista avançada, defronta algum problema fundamental, ele é antes de todos o problema de não ser possível pensar os problemas fundamentais. A sociedade de consumo, a cultura de massas e a revolução da informação e da comunicação superficializou tanto as condições de existência como os modos de a pensar. Isto não é necessariamente um mal. É um facto, e pode até ser mais auspicioso que o contrário. Muitas das concepções ditas pós-modernas, que eu designo por pós-modernismo reconfortante, perfilham esta posição, e nela cabem Bau-drillard, Lyotard, Vattimo, etc.

Um terceiro grupo de cientistas sociais tem vindo a privilegiar o questionamento dos pressupostos epistemológicos da modernidade, mantendo que foram eles, bem como o tipo de racionalidade cognitivo-instrumental e de conhecimento técnico-científico em que desembocaram, os grandes responsáveis pelo abandono da reflexão sobre os problemas fundamentais. A distinção sujeito-objecto, a separação total entre meios e fins, a concepção mecanicista da natureza e da sociedade, o cisma entre factos e valores e a objectividade concebida como neutralidade, uma ideia do rigor quantitativo e euclidiano inimiga da complexidade e insensível à fractalidade dos fenómenos, uma teorização pretensamente universalista, mas na realidade androcêntrica e etnocêntrica — tudo isto conspirou para criar um buraco negro epistemológico à volta dos grandes problemas da vida colectiva e das relações interculturais. Trata-se de um grupo muito heterogéneo onde é possível incluir Habermas, Toulmin, Hirschman, Murray, Bookchin, Wallerstein e Giddens, por um lado, Foucault e Derrida e a epistemologia feminista, por outro, e talvez um terceiro grupo, Fredric Jameson, Edward Said e G. Spivak.

Por último, o grupo de longe mais heterogéneo é o dos cientistas para quem o problema fundamental da sociedade contemporânea, que uns concebem como industrial e outros como capitalista, reside no esgotamento das virtualidades de desenvolvimento social. Assiste-se, por um lado, à erosão dramática dos mecanismos institucionais e culturais que até agora corrigiam e compensavam os excessos e os défices sociais do desenvolvimento capitalista — do que resulta uma sensação de desregulação global — e, por outro lado, é visível um total bloqueamento de soluções para o impasse, não apenas de soluções mais radicais como de soluções relativamente moderadas. Daí que os cientistas sociais incluídos neste grupo tenham combinado a análise do bloqueamento com o desenho, a discussão ou a especulação de possíveis alternativas. Alguns autores ou correntes centram-se em alternativas ecológicas (entre muitos exemplos, as correntes de ecologia radical à volta da revista *Capitalism, Nature, and Socialism* ou Lester Brown e o grupo da *State of the World*), outros em alternativas sócio-políticas, como Alain Touraine, André Gorz, Ernest Laclau, Chantal de Mouffe, Joshua Cohen, Joel Rogers, e outros ainda em alternativas

socio-económicas, como Alain Lipietz, Michel Aglietta, John Roemer, e finalmente outros, em alternativas de governo transnacional, como Richard Falk e Saul Mendlowitz.

Estas diferentes posições, diferem, entre outras coisas, quanto ao elenco dos problemas fundamentais que estabelecem, ainda que sejam muitas e, por vezes, fastidiosas as sobreposições. Por outro lado, diferentes diagnósticos suscitam diferentes ênfases analíticas e interesses prospectivos. Como se tornará claro adiante, a análise e a prospectiva que apresentarei a seguir estão próximas das duas últimas posições, ou seja, da posição dos que procedem a uma crítica epistemológica da modernidade e dos que se centram no bloqueamento societal e na busca de alternativas.

Parto de um modelo analítico que identifica os principais processos de estruturação e da prática social, constelações de relações sociais que asseguram no conjunto o sentido e o ritmo da transformação social ou o bloqueamento desta. Ao contrário de outros modelos, como, por exemplo, o que distingue entre o Estado e a sociedade civil, este modelo pode aplicar-se tanto a sociedades nacionais como a sociedades subnacionais e sociedades transnacionais. Como referi no quinto capítulo, distinguo quatro constelações de relações sociais que designo por espaço-tempo estruturais: o espaço-tempo doméstico, o espaço-tempo da produção, o espaço-tempo da cidadania e o espaço-tempo mundial. Em relação a cada um deles, passo a identificar os problemas que se me afiguram fundamentais, advertindo, no entanto, desde já, que a problematidade do tempo presente e a das próximas décadas (digamos até 2025) não advêm de nenhum desses problemas em separado, mas da conjunção entre eles.

Começarei pelo espaço-tempo mundial, o espaço-tempo das relações sociais entre sociedades territoriais, nomeadamente entre Estado-Nação no interior do sistema mundial e da economia-mundo. A intensificação da globalização da economia e das interações transnacionais em geral nas duas últimas décadas tem vindo a conferir a este espaço-tempo uma relevância crescente em virtude do poder conformador das suas vibrações no interior de cada um dos restantes espaços-tempo. O problema fundamental do espaço-tempo mundial é a crescente e presumivelmente irreversível polarização entre o Norte e o Sul, entre países centrais e países periféricos no sistema mundial. Este problema comporta uma grande pluralidade de vectores. Salientarei apenas três deles: a explosão demográfica, a globalização da economia e a degradação ambiental.

A explosão demográfica

Em primeiro lugar, o vector da *explosão demográfica*. Entre 1825 e 1925 a população mundial duplicou de 1 bilião de pessoas para 2 biliões. Nos cinquenta anos seguintes voltou a duplicar para 4 biliões e entre 1975 e 1990

passou de 4 biliões para 5,3 biliões de pessoas. As projecções para as próximas décadas variam, mas, a fazer jus a uma projecção moderada, em 2025 a população mundial será de 8,5 biliões de pessoas. O facto mais decisivo desta explosão é que ela terá lugar em esmagadora medida nos países periféricos. A média do crescimento populacional mundial esconde diferenças abissais e é por isso que a população de África, que era em 1985 cerca de metade da população da Europa, será provavelmente em 2025 três vezes maior que a população da Europa. Noutras partes do Sul o crescimento populacional será do mesmo teor. A Índia poderá passar no mesmo período dos 853 milhões actuais para 1,5 biliões, uma população semelhante à que terá então a China; o México poderá passar de 88 milhões para 150 milhões; o Irão de 56 milhões para 122 milhões; e o Brasil de 154 milhões para 245 milhões. Acresce que mais de 50% desta população viverá em cidades congestionadas, sem habitação nem saneamento adequados, sem serviços sociais mínimos, a braços com a fome e o desemprego de vastas massas de população, com o colapso ecológico e provavelmente a violência. Segundo as melhores projecções, no final do século, 11 das 20 maiores cidades do mundo (com 11 milhões ou mais de pessoas) serão cidades dos países periféricos ou semiperiféricos: Cidade do México com 24,4 milhões, São Paulo com 23,6 milhões, Calcutá com 16 milhões, Xangai com 14,7 milhões.

A explosão demográfica torna-se um problema quando produz um desequilíbrio entre a população e os recursos naturais e sociais para a sustentar adequadamente, e é um problema tanto mais sério quanto mais for esse desequilíbrio. Sendo assim, cabe perguntar se ao fazer previsões tendencialmente desastrosas não estaremos no final do século XX a cometer o mesmo erro que Thomas Malthus cometeu no final do século XVIII ao prever que o poder da população da Inglaterra, da França e da América seria cada vez maior que o poder da terra para assegurar a sua subsistência e que, em consequência disso, a intervenção da natureza para reduzir a população envolveria fatalmente a fome, a guerra e a doença.

Provou-se que ele estava enganado: a população continuou a aumentar, mas os recursos para assegurar a sua subsistência aumentaram também. Não se poderá hoje voltar a repetir a história? Tudo leva a crer que não. Segundo Paul Kennedy, três factores principais contribuíram para infirmar a previsão pessimista de Malthus: a emigração maciça dos ingleses e dos europeus em geral; o aumento da produtividade da terra com a revolução agrícola; e o aumento da produtividade do trabalho com a revolução industrial (1993: 6 e ss.). Ora, destes factores, só o primeiro parece estar hoje ao alcance dos países periféricos. O aumento da produtividade da terra ou do trabalho parece estar-lhes em grande medida vedado e em qualquer caso tudo indica que não poderá acompanhar o aumento da população. A diferença entre o tempo de Malthus

e o nosso reside em que no século XVIII e XIX a explosão demográfica e a explosão tecnológica tiveram lugar na mesma região do sistema mundial, enquanto hoje a primeira ocorre no Sul e a segunda ocorre no Norte. Aliás, enquanto hoje a primeira ocorre no Sul e o Sul é tão grande que, enquanto o Sul se debate com o problema da explosão demográfica, o Norte começa a preocupar-se com o crescimento negativo da população e com o envelhecimento desta.

Estas disparidades ilustram um fenómeno mais vasto, que consiste no facto de o âmbito transnacional de alguns problemas emergentes não eliminar, e antes pelo contrário agravar, a polarização entre o Norte e o Sul. Disse acima que das três vias históricas de solução positiva da explosão demográfica, os países do Sul têm à sua disposição apenas a emigração. A verdade é que, na prática, essa via está quase totalmente bloqueada. Entre 1820 e 1930, 50 milhões de Europeus emigraram para o Ultramar e quase sempre (com excepção dos EUA) para países menos desenvolvidos e sujeitos ao domínio colonial ou pós-colonial. Hoje nenhum movimento de âmbito proporcional poderá ocorrer. Não esqueçamos que o movimento é agora do Sul para o Norte, para a Europa, a América do Norte e a Austrália, e os países centrais têm meios eficazes para se defender da emigração maciça. É certo que há milhões de pessoas em processo de deslocação e cerca de 15 milhões aguardam em campos de internamento a oportunidade de poderem vir a refazer noutra lugar a sua vida, mas o controlo das fronteiras, o proteccionismo, o racismo e a xenofobia serão obstáculos poderosos à busca de uma vida melhor. Tudo leva, pois, a crer que os elevados padrões de vida e de consumo vigentes no Norte não serão partilhados com o Sul.

Por outro lado, é hoje generalizado o consenso de que esses padrões não podem ser alargados à população mundial no seu conjunto, sob pena de os recursos naturais e os equilíbrios ecológicos sofrerem a curto prazo desgastes fatais para a sobrevivência da vida na terra tal como a conhecemos. Isto será assim, mesmo que a população não aumente tanto quanto se prevê. Apesar de uma desaceleração global no crescimento anual da população desde 1970 — no período 1965-70 o crescimento era de 2,06, no período 1985-90 era de 1,73 — as disparidades entre o Norte e o Sul agravaram-se (Derlugian, 1992a). Só um exemplo: no período de 1965-70 o crescimento anual em África era de 2,63 e na Europa de 0,67, enquanto no período 1985-90 a cifra africana disparou para 3,00 e a europeia baixou para 0,22. Combinadas com o aumento global da população, o qual, apesar de desacelerado, continua elevado, estas disparidades entre o Norte e o Sul tornam ainda mais questionável a universalização do modelo de desenvolvimento capitalista. Este modelo parece de facto confrontar-se com uma situação dilemática: por um lado, ele pretende-se hoje, sobretudo depois do colapso do regime comunista, universalmente válido; por outro lado, é cada vez mais claro que ele não pode ser aplicado universalmente

ou, o que é ainda mais dilemático, quanto mais universal for a sua aplicação, maior desigualdade criará entre os poucos que ganham com isso e os muitos que perdem, isto é, entre o Norte e o Sul.

3 A globalização da economia

Isto me conduz ao segundo vector da desigualdade Norte/Sul no espaço-tempo mundial: a *globalização da economia*. Mesmo admitindo que existe uma economia-mundo desde o século XVI, é inegável que os processos de globalização se intensificaram enormemente nas últimas décadas. Isto é reconhecido mesmo por aqueles que pensam que a economia internacional não é ainda uma economia global, em virtude da continuada importância dos mecanismos nacionais de gestão macro-económica e da formação de blocos comerciais. Entre 1945 e 1973 a economia mundial teve uma enorme expansão: uma taxa de crescimento anual do produto industrial de cerca de 6%. A partir de 1973 esse crescimento abrandou significativamente, o que para os adeptos dos ciclos de Kondratieff significou o início da fase B do ciclo que se tinha iniciado em 1945. Mesmo assim, a economia mundial cresceu mais do pós-guerra até hoje do que em toda a história mundial anterior (Kennedy, 1993: 48).

Dos traços desta evolução sobretudo nas duas últimas décadas selecciono os mais importantes para a minha tese. O primeiro traço é a *deslocação da produção mundial para a Ásia consolidando-se esta como uma das grandes regiões do sistema mundial*, constituída, como todas as outras regiões, por um centro (o Japão), uma semiperiferia (os novos países industriais: a Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Singapura) e uma periferia (o resto da Ásia). Esta deslocação é tanto maior quanto mais elevado é o teor tecnológico da produção medida pelo investimento em investigação e desenvolvimento. Assim, no domínio da indústria de alta tecnologia, dois exemplos são particularmente significativos: a produção de transístores e a produção de televisões (Irwan, 1992). No que respeita à produção de transístores, incluindo semicondutores, a distribuição regional da percentagem da produção mundial teve uma alteração dramática entre 1965 e 1989. A quota da Ásia, que era em 1965 de 28,8%, passou em 1989 para 95%; a quota da América do Norte, que era, na mesma altura, de 64,3%, passou para 1,1%; e a quota da Europa, que era de 6%, passou para 3,9%. No que respeita à produção de televisores, a quota da Ásia era em 1965 de 14,2% (quase só o Japão) e passou em 1989 para 58,2%, enquanto a quota da América do Norte passou no mesmo período de 37,2% da produção mundial para 16,4% e a quota da Europa passou de 34,5 para 16,1%.

No domínio da indústria de média tecnologia como, por exemplo, na indústria de automóvel, a deslocação foi também significativa: a Ásia, que produzia 14,2% dos automóveis em 1965 passou a produzir 28,6% em 1989,

enquanto a América do Norte que produzia 54,3% em 1965 passou a produzir apenas 25,8% em 1989 e a Europa manteve e mesmo melhorou ligeiramente a sua quota (de 39,5% em 1965 para 41,2% em 1989). A importância desta deslocação não pode ser subestimada. Pela primeira vez, depois de cinco séculos, o motor do capitalismo parece ter passado do Ocidente para o Oriente. As condições únicas do Ocidente, que segundo Weber explicaram a emergência do capitalismo, deixaram de ter grande significado, uma vez consolidado este modo de produção e quando muito haveria agora de averiguar as condições únicas do Oriente para o desenvolvimento pujante do capitalismo no final do século.

O segundo traço da globalização da economia é a *primazia total das empresas multinacionais, enquanto agentes do "mercado global"*. A própria evolução do nome por que são conhecidas assinala a constante expansão das actividades destas empresas com actividades em mais que um Estado nacional: de empresas multinacionais para empresas transnacionais e, mais recentemente, para empresas globais. Quaisquer que sejam os indicadores utilizados — investimento destas empresas enquanto percentagem do investimento total; percentagem da produção mundial; percentagem do comércio intra-empresas no total do comércio mundial; número de filiais no estrangeiro — é evidente o aumento da importância das empresas multinacionais. Entre as muitas causas deste facto, duas são de salientar: a desregulação dos mercados financeiros e a revolução nas comunicações transcontinentais (Kennedy, 1993: 50). Por vias diferentes, funcionaram ambas com um grande incentivo à internacionalização das empresas ao mesmo tempo que contribuíram para a separação entre fluxos financeiros, por um lado, e comércio de mercadorias e serviços, pelo outro. Calcula-se, por exemplo, que os fluxos mundiais de moeda estrangeira — transacções, de resto, exclusivamente electrónicas — rondam um trilhão de dólares por dia. É difícil determinar o número exacto de empresas multinacionais, mas apesar de serem certamente largos milhares, é notável o grau de concentração que faz com que o valor anual das vendas de algumas destas empresas seja superior ao produto doméstico bruto de muitos países periféricos. A título de exemplo, as 10 maiores empresas do sector químico foram responsáveis por 21% do total das vendas de produtos químicos em 1990 e as 15 maiores empresas do sector farmacêutico concentraram cerca de 30% do comércio mundial de produtos farmacêuticos (Keda, 1992).

Concomitantemente com a primazia das multinacionais, dois outros traços de globalização da economia devem ser mencionados pela importância que têm para a polarização da desigualdade entre o Norte e o Sul. O primeiro é a *erosão da eficácia do Estado na gestão macro-económica*. A transnacionalização da economia significa, entre outras coisas, precisamente tal erosão e não seria possível sem ela. A desregulação dos mercados financeiros e a revolução das

comunicações reduziram a muito pouco o privilégio que até há pouco o Estado detinha sobre dois aspectos da vida nacional — a moeda e a comunicação considerados atributos da soberania nacional e vistos como peças estratégicas da segurança nacional. Por outro lado, as multinacionais, dotadas de um poder de intervenção global e se beneficiando da mobilidade crescente dos processos de produção podem facilmente pôr em concorrência dois ou mais Estados ou duas ou mais regiões dentro do mesmo Estado sobre as condições que decidirão da localização do investimento por parte da empresa multinacional. Entre partes com poder tão desigual — actores globais, por um lado, e actores nacionais ou subnacionais por outro — a negociação não pode deixar de ser desigual.

O outro traço de globalização da economia fortemente vinculado à proeminência das multinacionais é o *avanço tecnológico das últimas décadas quer na agricultura com a biotecnologia, quer na indústria com a robótica, a automação e também a biotecnologia*. Os aumentos de produtividade com que são propagandeadas estas novas tecnologias escondem frequentemente o facto de que elas contribuem para a polarização entre o Norte e o Sul, dados os investimentos de capital, os recursos científicos, a mão-de-obra qualificada e a escassez de mão-de-obra que pressupõem. Aliás, contribuem igualmente para o aprofundamento das assimetrias dentro do Norte, entre as suas várias regiões. Em 1988, dos 280.000 robots industriais existentes no mundo, 257.000 estavam concentrados no Japão, na Europa ocidental e nos EUA. Mas o mais notável é que, desses, o Japão detinha 176.000, ou seja, mais do dobro da soma dos robots da Europa e dos EUA, cerca de 70% da população mundial de robots industriais (Kennedy, 1993: 88). As condições que levaram o Japão a esta liderança tornam difícil a competição dos outros países centrais e impossível a dos países periféricos e semiperiféricos do sistema mundial.

No que respeita à biotecnologia, o quadro é semelhante, pelo menos quanto às relações Norte/Sul. Entre 1950 e 1984, a produção agrícola mundial cresceu mais rapidamente que em qualquer período anterior e a produção de cereais cresceu mais que a população. Desde 1984, uma série de factores, desde a degradação dos solos, ao abuso dos fertilizantes e à mercadorização crescente da alimentação, convergiram para que esse crescimento desacelerasse. É difícil de prever se estamos perante o início de uma tendência de longo prazo. É, de qualquer modo, significativo que, apesar de, segundo as previsões do *Worldwatch Institute*, ser necessário aumentar anualmente a produção de cereais de 28 milhões de toneladas para acompanhar o aumento da população, nos anos mais recentes o crescimento não tenha sido superior a 15 milhões de toneladas (Brown *et al.*, 1990: 65). As explicações naturalistas desta discrepância não são convincentes, pois, doutro modo, mal se justificaria que o Norte estivesse a braços com uma crise de sobreprodução e o Sul com uma crise de subprodução.

Que as razões devem ser outras ilustra-o a biotecnologia agrícola que nos últimos anos tem vindo a ser promovida como a grande solução para o problema alimentar mundial. Enquanto anteriormente a melhoria da produção agrícola se baseou em boa medida na selecção de sementes e de castas, do que se trata agora, na era da biotecnologia, é de recorrer a técnicas que usam organismos e processos vivos com vista a fazer ou modificar produtos ou a melhorar plantas ou animais. Está ainda por avaliar cabalmente o impacto da biotecnologia agrícola na saúde ou no meio ambiente. Se a produção pode aumentar exponencialmente, fa-lo-á à custa da biodiversidade. Se plantas e animais podem ser sujeitos à engenharia genética para se tornarem mais resistentes às doenças, à seca, ou aos herbicidas, isso é no fundo um incentivo a tolerar e até a promover a degradação ecológica. Mas o aspecto mais saliente da biotecnologia agrícola do ponto de vista das relações Norte/Sul é que ela certamente agravará tanto a sobreprodução do Norte como a subprodução do Sul. A grande novidade da biotecnologia é que ela é levada a cabo por grandes empresas multinacionais que sujeitam as patentes às descobertas biotécnicas e que, por isso, privam dos seus benefícios todos os que não puderem pagar os direitos autorais (*royalties*). Como diz Paul Kennedy, o DNA é o novo recurso industrial das grandes empresas, que não só pode vir a substituir matérias-primas usualmente fornecidas pelos países periféricos, como pode conduzir à integração vertical da produção agrícola, colocando vastas regiões do mundo sob a alçada de umas poucas empresas multinacionais do ramo agroquímico e biotecnológico (Kennedy, 1993: 73). Tal como sucede com a robótica e a automação, são também visíveis conflitos entre os países centrais neste domínio, dado o diferente peso que neles têm a agricultura e sobretudo os agricultores (enquanto o Japão importa produtos alimentares, a Europa e os EUA têm grandes excedentes). Mas é no domínio das relações Norte/Sul que o impacto da biotecnologia mais se fará sentir. É que se, por um lado, o uso de patentes visa criar rendas que funcionam como transferências líquidas do Sul para o Norte, por outro lado, essas transferências ocorrem desde logo na própria engenharia dos produtos, pois, como bem salienta Kloppenburg, dado que a maioria dos recursos genéticos se encontram nos países do Sul, estes estão já a ser espoliados pelas grandes empresas multinacionais, o que já se designa por "imperialismo biológico" (Kloppenbug, 1988).

Todos estes traços da globalização da economia ajudam a compreender as razões por que nas últimas décadas as desigualdades entre o Norte e o Sul aumentaram significativamente. É já um lugar-comum afirmar que a década de oitenta foi uma década negra para os países periféricos. É menos communmente conhecido que as agências internacionais não esperam que a década de noventa seja melhor. Segundo a *South Commission*, "a década de noventa terá ainda mais privações para os povos do Sul, ainda maior instabilidade para estes

países" (Honnvber, 1992: 999). Os dados são efectivamente alarmantes: Enquanto a África está a atingir um ponto de colapso, na América Latina o nível de vida no início da década de noventa era mais baixo que o da década de setenta. Dos 84 países menos desenvolvidos, 54 tiveram quebras no rendimento nacional per capita na década de oitenta. Em 14 países, o rendimento per capita caiu cerca de 35% (Honnvber, 1992: 989). Em treze anos, a dívida externa dos países do Sul passou de 170 biliões de dólares em 1975 para 1.200 biliões em 1988.

Perante isto não admira que o cisma global entre os ricos e os pobres se tenha aprofundado. Calcula-se que 1 bilião de pessoas — mais de 14 da população mundial — viva em pobreza absoluta, ou seja, dispondo de um rendimento inferior a cerca de 365 dólares por ano. Do outro lado do abismo, 15% da população mundial produziu e consumiu 70% do rendimento mundial. Enquanto a ajuda externa dos países centrais aos países periféricos caiu de 0,37% do PNB em 1980 para 0,33% em 1989, as taxas de juro da dívida externa dos países do Sul subiram 172% entre 1970 (3,7%) e 1987 (10%), o que leva alguns autores a calcular em 40 biliões de dólares o montante anual de transferências líquidas do Sul para o Norte, sendo esse pois literalmente o valor da contribuição de um Sul mirrado de fome para a abastança do Norte. O aumento da dívida externa, combinado com a queda do preço mundial de alguns dos produtos exportáveis pelo Sul, levou alguns países ao colapso. Devido à continuada quebra do preço do cobre, o serviço da dívida externa da Zâmbia correspondia a 95% do total das exportações (Honnvber, 1992: 994).

O programa da Nova Ordem Económica Internacional lançado pela ONU em 1975, com vista a criar uma maior solidariedade entre o Norte e o Sul, redundou num total fracasso, sobretudo depois que os países do Norte conseguiram reciclar os excedentes de petrodólares e, por essa via, absorver a ameaça que inicialmente lhes pôs a OPEP, e depois também que os governos conservadores chegaram ao poder nos EUA, na Inglaterra e na Alemanha, inflamados do fogo neoliberal da desregulamentação, do corte da ajuda externa e dos subsídios, da abertura das economias do Sul empurradas para a exportação a fim de cumprir com os encargos da dívida externa em que entretanto foram armadilhados.

Para além dos poucos países do Sul que nesta década conseguiram beneficiar das transformações da economia mundial, a esmagadora maioria perdeu, e uma parte dela atingiu uma situação de colapso que se manifesta de múltiplas formas: na perda da pouca soberania efectiva dos Estados periféricos, que ficaram mais e mais sujeitos aos programas de ajustamento estrutural do Banco Mundial e do FMI; na conturbação interna, na violência urbana, nos motins dos esfomeados, na má nutrição; e finalmente na degradação do ambiente que, se não foi originada pela dívida externa, foi quase sempre agravada pela

necessidade de aumentar as exportações de modo a fazer face aos encargos da dívida. A fome e a má nutrição aumentaram significativamente nas duas últimas décadas e a economia política internacional da alimentação é talvez, mais que nenhuma outra, reveladora das trocas desiguais entre o Norte e o Sul.

Antes de 1945, o chamado terceiro mundo exportava cereais e nos anos cinquenta era auto-suficiente em produtos alimentares, apesar de a seca e outros factores produzirem períodos de fome, como, por exemplo, na Índia, nos anos cinquenta e sessenta e em África (Pelizzon, 1992: 7). Em 1954 os EUA iniciaram o programa de vendas subsidiadas de produtos alimentares designado *Alimentação para a Paz*. Sendo conhecido do público como um programa para combater a fome no mundo, a verdade é que, na lei que o estabeleceu, esse objectivo é referido em quarto lugar, sendo os três outros vinculados aos interesses económicos dos EUA: aliviar os excedentes agrícolas, desenvolver mercados de exportação para as mercadorias agrícolas americanas e expandir o mercado internacional. Não restam dúvidas que esse programa foi eficaz como mecanismo de desemprego: entre 1954 e 1964 a ajuda alimentar constituiu 34% do total das exportações de cereais dos EUA e 57% das importações totais de cereais pelos países do Terceiro Mundo (Pelizzon, 1992: 8). É muito mais duvidoso que este programa tenha efectivamente beneficiado os países do Sul e muitos dados convergem no sentido de que, ao contrário, os prejudicou pelos menos no longo prazo. Muitas das culturas tradicionais foram negligenciadas ou substituídas e estes países passaram a depender cada vez mais da importação de cereais, para além de as suas populações se terem de reduzir a uma dieta menos variada e estranha em relação aos seus hábitos alimentares ancestrais. Este processo foi particularmente notório em África, mas ocorreu noutras regiões, como por exemplo na Coreia do Sul, que no final da década de sessenta tinha passado de um país consumidor de arroz para um país consumidor de trigo. O mesmo envesamento de objectivos a favor do aumento do comércio internacional e em detrimento do consumo real de alimentos por parte dos pobres verificou-se igualmente na Índia com a revolução verde, ainda que esta tenha permitido à Índia transformar-se num país exportador de cereais.

Nas duas últimas décadas a condição alimentar das massas empobrecidas do Sul agravou-se significativamente. A dependência alimentar que o *Food for Peace* tinha criado nos países periféricos revelou toda a sua negatividade quando a partir de 1972 os EUA eliminaram quase totalmente esse programa e o substituíram por vendas comerciais (Pelizzon, 1992: 15). Esta mudança de política surgiu num momento particularmente difícil para o terceiro mundo. A Índia e os países do Norte de África viviam períodos de grande seca, a produção mundial de cereais abrandou e os preços de fertilizantes subiu em resultado da crise do petróleo. Se, por um lado, os preços dos produtos

alimentares subiu, por outro lado, os países do Sul viram-se forçados a prosseguir o abandono das culturas de subsistência a fim de promover as culturas de exportação como solução parcial para a crise produzida pela dívida externa. A subida dos preços dos produtos alimentares foi ainda provocada pela expansão para o terceiro mundo do mercado de produtos alimentares processados e enlatados controlado por grandes empresas multinacionais, uma subida de preços articulada com a perda de valor nutritivo dramaticamente ilustrada pela promoção dos substitutos da amamentação materna por parte da Nestlé com as consequências que são conhecidas.

A exportação agrícola para fazer face à dívida assumiu proporções dramáticas nalguns países. No Brasil, por exemplo, a produção de feijão preto, base da alimentação brasileira, foi negligenciada em favor da produção de soja. O aumento da produção de carne nos países da América Latina tão-pouco significou a melhoria da alimentação dos seus habitantes. Apesar de a Costa Rica ter aumentado muito a produção de carne entre 1950 e 1970, o consumo de carne per capita baixou nesse período de 49 libras para 33 libras (Pelizzon, 1992: 20). Num contexto internacional cada vez mais dominado pelas empresas agro-alimentares, a produção alimentar está cada vez mais vinculada à procura efectiva. A queda do rendimento dos países periféricos, sobretudo a partir da década de setenta, contribuiu fortemente para que na década seguinte a produção mundial de produtos agrícolas começasse a desacelerar. É esta a situação presente e por isso não surpreende que as estimativas da má nutrição no mundo estejam constantemente a ser corrigidas e sempre para pior.

O que há de mais novo na situação presente é que a má nutrição e a fome aumentaram nos próprios países centrais e muito particularmente nos EUA. O que prova a sociedade que a fome e a má nutrição não dependem tanto do nível de produção agrícola ou do nível geral da prosperidade do país, como das assimetrias sociais, do abismo crescente entre ricos e pobres. Estará certamente relacionada com isto a ênfase recente por parte das instituições internacionais na recuperação, da agricultura tradicional. Reconhece-se que uma parte significativa da população mundial estará nas próximas gerações abaixo do nível de solvência que lhes permitia serem consumidores da agricultura comercial. Mas há também quem suspeite — com alguma razão, em vista do que mencionei acima — que o interesse na recuperação da agricultura tradicional pode estar também relacionado com a manutenção da biodiversidade e do *genm plasm* de que os países do Sul são o grande depósito. Como já aconteceu no passado noutras circunstâncias, não é absurdo pensar que os agricultores do Terceiro Mundo venham a fornecer às empresas de biotecnologia recursos genéticos a partir dos quais estas produzam bio-produtos a que os agricultores do Terceiro Mundo só terão acesso se tiverem recursos para pagar os elevados preços que elas cobrarão por eles.

Disse acima que os factores da transnacionalização do empobrecimento, da fome e da má nutrição tiveram muitas consequências adversas a da degradação ambiental. A pressão para intensificação das culturas de exportação combinada com técnicas deficientes de gestão de solos levaram à desertificação, à salinização e à erosão. A destruição das florestas tropicais, sobretudo no Brasil e na América Latina mas também na Indonésia e nas Filipinas, é apenas o exemplo mais dramático. Em cada década, desde 1950, perderam-se 30 milhões de hectares de floresta na África tropical, 40 milhões na América Latina e 25 milhões na Ásia meridional (Pelizzon, 1992: 2). Em África é plantada apenas 1 árvore por cada 29 que são cortadas (Kennedy, 1993: 115). Mas a degradação ambiental provocada por esta via é apenas um aspecto muito parcial de um fenómeno muito mais amplo — a crise ecológica — tão amplo que, em meu entender, constitui o terceiro vector, juntamente com a explosão demográfica e a globalização da economia, do espaço-tempo mundial. Far-lhe-ei de seguida uma breve referência.

De todos os problemas enfrentados pelo sistema mundial, a *degradação ambiental* é talvez o mais intrinsecamente transnacional e, portanto, aquele que, consoante o modo como for enfrentado, tanto pode redundar num conflito global entre o Norte e o Sul, como pode ser a plataforma para um exercício de solidariedade transnacional e intergeracional. O futuro está, por assim dizer, aberto a ambas as possibilidades, embora só seja nosso na medida em que a segunda prevalecer sobre a primeira. As perspectivas não são, no entanto, animadoras. Por um lado, o Norte não parece disposto a abandonar os seus hábitos poluidores e muito menos a contribuir, na medida dos seus recursos e responsabilidades, para uma mudança dos hábitos poluidores do Sul, que são mais uma questão de necessidade que uma questão de opção. Por outro lado, os países do Sul tendem a não exercer a favor do equilíbrio ecológico o pouco espaço de manobra que neste domínio lhes resta. Para além de muitas outras razões, e por absurdo que pareça, depois do colapso do comunismo, a capacidade de poluição é talvez a única ameaça credível com que os países do Sul podem confrontar os países do Norte e extrair deles algumas concessões.

Cerca de um terço do solo do planeta é constituído por desertos e cidades em que pouca actividade biológica é gerada, um terço é constituído por florestas e savanas e um terço por terrenos de agricultura e pastorícia (Brown *et al.*, 1990: 5). Os dois últimos terços têm, por assim dizer, vindo a diminuir e obviamente que não apenas por razões directamente ligadas, no caso dos países do Sul, à dívida externa. Entre 1950 e 1980 perderam-se 50% das reservas florestais dos Himalaias devido à duplicação da população e à procura que ela gerou, quer de solo agrícola, quer de pastos, quer de lenha (Kennedy, 1993: 99). A verdade, porém, é que a destruição maciça das florestas dos sopés dos

Himalaias começou com o colonialismo no final do século XIX, princípios do século XX, com o corte de madeira para exportação e para construção dos caminhos de ferro (Rao, 1991: 14). Trata-se, pois, de uma agressão que, apoiada em vários cálculos económicos, tem-se mantido décadas a fio. Em Julho de 1991, num apelo dirigido aos presidentes das repúblicas da América Latina, denunciava-se que, ao ritmo da destruição actual, no ano 2000 3/4 das florestas tropicais da América Latina — que detêm 60% do total mundial de florestas tropicais — terão sido destruídos e com eles 50% das espécies perdidas para sempre. Entre muitos outros efeitos, a desflorestação e a erosão do solo traz consigo a rarificação da água potável, o que sucede tanto nos países centrais como nos periféricos. Calcula-se que 40 milhões de camponeses chineses sofrem de escassez de água potável devido à poluição agrícola e, por outro lado, os resíduos de fertilizantes têm sido detectados nas reservas de água da França, da Alemanha, da Holanda, da Inglaterra e da Dinamarca (Pelizzon, 1992: 26). Em trinta anos, o mar Aral transformou-se num mar fantasma com menos 40% de área e com menos 60% de volume e, em menos de uma década, a Arábia Saudita reduziu em 1/5 os lençóis aquíferos acumulados em milhares de anos (*World Resources*, 1990: 171-177).

Os países do Norte “especializaram-se” na poluição industrial e em tempos mais recentes têm conseguido exportar parte dessa poluição para os países do Sul, quer sob a forma de venda de lixo tóxico, quer por transferência de algumas das indústrias mais poluentes por ser aí menor a consciência ecológica e serem menos eficazes (se de todo existentes) os controlos antipoluição. De todos os efeitos da poluição e da degradação ambiental em geral, os mais ameaçadores são hoje em dia o efeito estufa e a degradação da camada de ozono, com consequências para o ecossistema da terra difíceis de prever em toda a sua extensão. As emissões de CO₂, os clorofluorocarbonetos, a desflorestação e acidificação das florestas, a poluição dos rios, tudo isso tem contribuído para o efeito estufa. Neste século a concentração atmosférica de CO₂ aumentou de 70 partes por milhão para cerca de 350 partes por milhão. Actualmente são lançados na atmosfera 6 biliões de toneladas de carbono. Os Estados Unidos são o maior emissor mundial de gases que produzem o efeito estufa com 17,6% do total de emissores, seguidos pela ex-União Soviética com 12% e o Brasil com 10,5%, a China com 6,6%, a Índia com 3,9% e o Japão com 3,9%. Se nenhuma correção for introduzida — a começar nos EUA, onde 4% da população mundial consome 1/4 do petróleo mundial —, o ecossistema mundial dificilmente se poderá continuar a renovar na forma que nos é conhecida.

Qual o impacto da degradação ambiental nas relações Norte/Sul? O facto de esse impacto ser crescentemente global parece indicar que não há face a ele a possibilidade de uns só retirarem vantagens e outros só desvantagens,

pelo que será "natural" a solidariedade internacional para o enfrentar. Na verdade, nada parece mais difícil que a construção da solidariedade neste domínio. Em primeiro lugar, a gravidade do problema ambiental reside antes de mais no modo como afectará as próximas gerações, pelo que a sua resolução assenta forçosamente num princípio de responsabilidade intergeracional e numa temporalidade de médio e longo prazo. Sucede, porém, que tanto os processos políticos nacionais, como os processos políticos internacionais são hoje, talvez mais do que nunca neste século, dominados pelas exigências a curto prazo. Acresce que no Norte a proeminência dos mercados financeiros e de capitais actua no mesmo sentido, penalizando qualquer estratégia empresarial, assumida ou imposta, que diminua a lucratividade no presente, mesmo que em nome de uma lucratividade maior, mas necessariamente incerta, no futuro. Nos países do Sul os processos político-económicos são ainda mais complexos. Por um lado, a industrialização de muitos países periféricos e semiperiféricos nas duas últimas décadas ocorreu na mira de força de trabalho abundante e barata e de uma maior tolerância social e política da poluição. Nestas condições, qualquer medida pró-ambiente seria contra a lógica do investimento efectuado com as consequências previsíveis.

O dilema do México face ao tratado de comércio livre com os EUA e o Canadá é bem ilustrativo. A posição do México no tratado pressupôs sempre que a industrialização a sul do Rio Grande estaria sujeita a muito pouco controlo ecológico. Era sabido que o México tinha excelentes leis de protecção do meio ambiente mas sabia-se igualmente que não havia nem condições técnicas nem vontade política para as aplicar eficazmente. Antes pelo contrário. Hoje, com uma nova administração na Casa Branca, mais preocupada com as questões ambientais mas acima de tudo preocupada com o aumento do desemprego no país, o governo mexicano vê com preocupação a possibilidade de o tratado não trazer as "vantagens" esperadas por falta de salvaguardas ambientais na indústria mexicana. De facto, a lógica desta e do investimento estrangeiro que a criou assentou desde o início na transferência dos custos da degradação ambiental para as próximas gerações. Mas os países periféricos argumentam por vezes ao contrário, isto é, em nome do bem-estar das próximas gerações para justificar as políticas poluidoras do presente. A Índia e a China, por exemplo, não admitem ser privadas de tentar para as suas gerações futuras um nível de vida semelhante ao que hoje usufruem os habitantes dos países centrais, mesmo que para isso seja necessário agravar o efeito de estufa. Por sua vez, o Brasil, apesar de estar a mudar de política no que respeita à Amazônia, ressentente que lhe sejam postas restrições à desflorestação por países cujos habitantes gastam 15 vezes mais energia que os brasileiros e sem que sejam evidentes as contrapartidas para compensar os custos de tais restrições no caso de elas serem levadas a cabo. Por seu lado, a Indonésia propõe-se eliminar

20% das suas florestas para que, nos termos dos anúncios governamentais, "os seus 170 milhões de habitantes tenham as mesmas aspirações que os habitantes dos EUA" (*World Resources*, 1990: 106).

Perante isto, tornou-se difícil imaginar medidas preventivas globais, apesar de reconhecida a sua urgência. Mas mesmo que algumas sejam adoptadas, são muito desiguais os recursos dos diferentes países para que possam ser levadas a cabo coerentemente e de modo global. Acresce que, perante a concretização de um desastre ambiental, as medidas de protecção ou de contenção adequadas envolverão eventualmente custos que só alguns países podem assumir. Se, em consequência do efeito de estufa, aumentar ligeiramente o nível das águas do mar, tanto a Holanda como o Bangladesh deverão tomar medidas protectorias contra o avanço do mar, mas obviamente o Estado de Bangladesh não disporá para isso de recursos comparáveis aos do Estado holandês.

Analisado à luz dos três sectores seleccionados — o aumento da população, a globalização da economia e a degradação ambiental — o espaço-tempo mundial parece defrontar-se com uma situação dilemática a vários níveis. Em primeiro lugar, o modelo de desenvolvimento capitalista assume uma hegemonia global no momento em que se torna evidente que os benefícios que pode gerar continuarão confinados a uma pequena minoria da população mundial, enquanto os seus custos se distribuirão por uma maioria sempre crescente. Se bem que a lógica e a ideologia do consumismo se globalizará, cada vez mais, a prática do consumo continuará inacessível a vastas massas populacionais. As desigualdades sociais entre o centro e a periferia do sistema mundial tenderão, pois, a agravar-se.

Em segundo lugar, e em aparente contradição com isto, os problemas mais sérios com que se confronta o sistema mundial são globais e como tal exigem soluções globais, marcadas não só pela solidariedade dos ricos para com os pobres do sistema mundial, como pela solidariedade das gerações presentes para com as gerações futuras. No entanto, os recursos económicos, sociais, políticos e culturais que tais medidas pressupõem não parecem disponíveis no sistema mundial e, em verdade, parecem hoje menos disponíveis que antes. Por um lado, a globalização da economia deu uma proeminência sem precedentes a sujeitos económicos poderosíssimos que não se sentem devedores de lealdade ou de responsabilidade para com nenhum país, região ou localidade do sistema mundial. Lealdade e responsabilidade, só as assumem perante os accionistas e, mesmo assim, dentro de alguns limites. Por outro lado, os processos políticos dos Estados que compõem o sistema interestatal estão cada vez mais dominados por lógicas, cálculos e compromissos de curto prazo, avessos, por natureza, a objectivos intergeracionais ou de longo prazo. Acresce que a própria globalização da economia e dos problemas que ela gerou minou a eficácia dos dispositivos

institucionais que lhe poderiam fazer face e nisto reside o terceiro dilema do espaço-tempo mundial.

A perda de centralidade institucional e de eficácia reguladora dos Estados nacionais, por todos reconhecida, é hoje um dos obstáculos mais resistentes à busca de soluções globais. É que a erosão do poder dos Estados nacionais não foi compensada pelo aumento de poder de qualquer instância transnacional com capacidade, vocação e cultura institucional viradas para a resolução solidária dos problemas globais. De facto, o carácter dilemático da situação reside precisamente no facto de a perda de eficácia dos Estados nacionais se manifestar antes de mais na incapacidade destes para construir instituições internacionais que colmatem e compensem essa perda de eficácia.

O quarto e último dilema do espaço-tempo mundial reside em que, no momento em que os países centrais e as instituições internacionais sob seu controlo impõem aos países periféricos e semiperiféricos a adopção de regimes de democracia representativa e de defesa dos direitos humanos, as relações entre Estados no interior do sistema interestatal são cada vez menos democráticas, na medida em que os países do Sul têm cada vez menos autonomia interna e estão sujeitos a imposições externas de toda a ordem, por vezes indiciadoras do início de um novo ciclo de colonialismo ou, pelo menos, de neocolonialismo. Paradoxalmente, o colapso do “grande inimigo” da democracia ocidental, o comunismo, traduz-se não em maior mas antes em menor poder democrático internacional por parte dos países periféricos e semiperiféricos. As próprias Nações Unidas, que foram durante décadas uma das plataformas de concorrência entre as duas superpotências e com isso granjearam um certo poder de arbitragem e uma cultura de imparcialidade, estão hoje crescentemente prisioneiras dos interesses geo-estratégicos dos Estados Unidos da América (sem, no entanto, serem capazes de os servir de acordo com as “expectativas” norte-americanas).

Perante uma situação multiplicitamente dilemática, há quem não cruze os braços e procure saídas. Não é fácil porque, como já referi, a erosão recente dos processos de regulação social, quer a nível nacional, quer a nível transnacional, acarretou consigo a erosão — e não o fortalecimento, como muitos esperavam — dos projectos emancipatórios e da vontade política de transformação social. Mesmo assim, temos vindo a assistir à emergência de lutas que pretendem ser como que a negação dialéctica dos dilemas acima referidos. Os seus promotores são sociologicamente muito heterogêneos, tanto quanto o são os seus modos de organização e os seus objectivos. São os movimentos ecológicos, os movimentos dos direitos humanos, os movimentos dos povos indígenas, os movimentos de mulheres, os movimentos de operários de vários países a trabalhar em diferentes filiais da mesma empresa multinacional, etc., etc. O que há de comum entre estes grupos é a tentativa de dar espessura política transnacional a problemas transnacionais por natureza (como, por exemplo, o

buraco de ozono) ou a problemas transnacionalizáveis por via das ligações entre as suas múltiplas manifestações locais em diferentes partes do globo (como, por exemplo, os movimentos de operários dos vários países onde opera a mesma multinacional, ou os movimentos dos povos indígenas pelo controlo dos recursos naturais existentes nos seus territórios ancestrais de que foram espoliados no período colonial). Muitos destes movimentos deram origem ou estão ligados a organizações não-governamentais transnacionais. Também não podem deixar de ser mencionados os esforços da comunidade internacional no sentido de dar uma resposta transnacional a alguns problemas do espaço-tempo mundial, procurando renovar o direito internacional com doutrinas como a do património comum da humanidade e tratados como a lei do mar ou o tratado da Antártida.

Disse acima que a prática social está estruturada em quatro espaços-tempo. Até agora debrucei-me exclusivamente sobre o espaço-tempo mundial, mas não porque ele detenha alguma primazia apriorística na explicação dos processos sociais da nossa contemporaneidade. É, sem dúvida, um espaço-tempo com crescente poder conformador, mas a sua eficácia depende em última instância das articulações que entretence com os restantes espaços-tempo. Por sua vez, estes têm uma autonomia própria que lhes advém das relações sociais de âmbito local ou nacional que os constituem. Referirei a seguir muito brevemente os problemas fundamentais com que cada um destes espaços-tempo se debate no presente e provavelmente se debaterá nas próximas décadas e o modo como tais problemas se articulam com os problemas dilemáticos do espaço-tempo mundial que acabei de mencionar.

O espaço-tempo doméstico

O espaço-tempo doméstico é o espaço-tempo das relações familiares, nomeadamente entre cônjuges e entre pais e filhos. As relações sociais familiares estão dominadas por uma forma de poder, o patriarcado, que está na origem da discriminação sexual de que são vítimas as mulheres. Obviamente, tal discriminação não existe apenas no espaço-tempo doméstico e é aliás visível no espaço-tempo da produção ou no espaço-tempo da cidadania, como terei ocasião de referir. Mas o patriarcado familiar é em meu entender a matriz das discriminações que as mulheres sofrem mesmo fora da família, ainda que actue sempre em articulação com outros factores. Esse carácter matricial manifesta-se, por exemplo, no facto, frequentemente notado, de que a divisão sexual do trabalho no espaço-tempo doméstico tende a ser homogênea e relativamente estável em formações sociais com diferentes divisões sexuais do trabalho noutros espaços-tempo.